



10.24065/re.v15i1.2975

ARTIGO

DITATURA CIVIL-MILITAR E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ¹

CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP AND EDUCATIONAL POLICIES IN THE
MUNICIPALITY OF NOVA IGUAÇU/RJ

DICTADURA CÍVICO-MILITAR Y POLÍTICAS EDUCATIVAS EN EL MUNICIPIO
DE NOVA IGUAÇU/RJ

Lidiane Barros Lobo ¹ <https://orcid.org/0000-0002-1089-3485>
Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão ² <https://orcid.org/0000-0003-1301-7824>
Leandro Sartori ³ <https://orcid.org/0000-0001-6073-1313>

¹ Universidade Federal Fluminense – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, Cep: 24020-082, e-mail: lidlolo@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, Cep: 25.065-050, e-mail gildb17@gmail.com

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, Cep: 25.065-050, e-mail: leandrosartori.uerj@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a implantação de políticas educacionais durante a ditadura civil-militar no município de Nova Iguaçu, situado na Baixada Fluminense, periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. A metodologia empregada é de estudo bibliográfico, análise documental de legislações federal e municipais e publicações de notícias na imprensa. Foram características do período a modernização econômica conservadora e dependente, moralização da sociedade contra a oposição de esquerda e a ampliação da rede privada de ensino. No município de Nova Iguaçu se confirma a tendência de privatização da educação através da criação de fundações educacionais

¹ Apesar de não conter reprodução do texto, este artigo dialoga com alguns aspectos do material que foi produzido na dissertação de mestrado, de modo que fizemos algumas citações diretas e indiretas de informações obtidas através de entrevistas descritas devidamente no trabalho: LOBO, Lidiane Barros. “Quem manda na escola pública?”: os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu - RJ entre 1964 e 1988. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/16665/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Lidiane%20Barros%20Lobo%20-%202019%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

e concessão de bolsas de estudos, robustecendo o ganho dos empresários locais que, também, ocupavam cargos com ingerência pública no governo.

Palavras-chave: Privatização da Educação; Baixada Fluminense; História da Educação; Modernização Conservadora; Empresariamento da Educação.

ABSTRACT

The article analyzes the implementation of educational policies during the civil-military dictatorship in the municipality of Nova Iguaçu, located in the Baixada Fluminense, on the outskirts of the metropolitan region of Rio de Janeiro. The methodology employed consists of bibliographic research, documental analysis of federal and municipal legislation, and reports published in the press. The period was characterized by conservative and dependent economic modernization, the moralization of society against left-wing opposition, and the expansion of the private education sector. In the municipality of Nova Iguaçu, the trend toward the privatization of education is confirmed through the creation of educational foundations and the granting of scholarships, strengthening the profits of local business owners who also held positions with public decision-making authority in government.

Keywords: Privatization of Education; Baixada Fluminense; History of Education; Conservative Modernization; Entrepreneurialization of Education.

RESUMEN

El artículo analiza la implementación de políticas educativas durante la dictadura civil-militar en el municipio de Nova Iguaçu, situado en la Baixada Fluminense, periferia de la región metropolitana de Río de Janeiro. La metodología empleada consiste en estudio bibliográfico, análisis documental de legislaciones federales y municipales, y publicaciones periodísticas. El período se caracterizó por la modernización económica conservadora y dependiente, la moralización de la sociedad contra la oposición de izquierda y la expansión del sector privado de la educación. En el municipio de Nova Iguaçu se confirma la tendencia a la privatización de la educación mediante la creación de fundaciones educativas y la concesión de becas de estudio, fortaleciendo los beneficios de empresarios locales que también ocupaban cargos con injerencia pública en el gobierno.

Palabras clave: Privatización de la Educación; Baixada Fluminense; Historia de la Educación; Modernización Conservadora; Empresariamiento de la Educación.

INTRODUÇÃO

A investigação sobre a história das políticas, dos processos educacionais e do direito à educação nos municípios da Baixada Fluminense é um tema em desenvolvimento nas produções acadêmicas. Este artigo objetiva analisar a política educacional implantada em Nova Iguaçu, município Baixada Fluminense situado na região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como marco temporal o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. O pressuposto principal desenvolvido no texto é de que a dinâmica da história da educação no município em questão reproduz características comuns a conjuntura nacional, como a grande força privatista na educação.

Os pressupostos epistemológicos que fundamentam a análise elaborada neste artigo partem de dois eixos de compreensão principais: 1. A ditadura civil-militar se trata de uma contrarrevolução preventiva que colaborou para a consolidação do capitalismo dependente brasileiro a partir de princípios autocráticos para preservação dos interesses da classe dominante

e que promoveu processos de desenvolvimento desigual e combinado (Fernandes 1976; 1979); 2. No âmbito educacional, percebe-se a implantação de políticas com corte tecnicista fundamentados na teoria do capital humano, que foram promovidas, dentre outros aspectos, por meio da incorporação de elementos privatizantes para a educação nacional e local (Saviani, 2007; Cunha; Goés, 2020). Os pressupostos mencionados serão trabalhados ao longo do desenvolvimento do artigo e eles são relevantes para elaboração da explicação histórica:

A explicação histórica é, como qualquer outra, mais um processo, uma cadeia de argumentações ordenadas, do que uma única proposição acabada. Mas tem que contar com esta última uma qualidade: uma explicação deve mostrar o processo metodológico que a produziu. A própria explicação, ou um esboço dela, não é, pois, uma simples proposição final mas sim um processo que mostra suas fases. Não basta dizer o que sabemos mas é também preciso dizer como o sabemos. (Aróstegui, 2006, p. 482)

Nesse sentido, a pesquisa partiu do estudo sistemático das políticas públicas educacionais nacionais implantadas no período da ditadura civil-militar e se dedicou a estabelecer as relações entre os âmbitos nacional e local por meio da análise dos seus desdobramentos e particularidades ocorridos no município de Nova Iguaçu/RJ. Para isso, a pesquisa utilizou procedimentos metodológicos: estudo bibliográfico sobre o tema; consulta e análise de documentos de legislação publicados pelo poder público nas esferas federal e municipal; e consulta a algumas edições de jornais com publicações sobre o município. Estes procedimentos serão detalhados no item subsequente.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, serão expostos os aspectos metodológicos de constituição da pesquisa; na segunda, discute-se a conjuntura e os dilemas da ditadura civil-militar e os padrões próprios da política educacional da época, a partir de revisão de literatura e legislações nacionais; e, na terceira parte, analisa-se os traços das políticas educacionais implementadas no município fluminense, considerando as informações dos documentos e legislações específicas da política desenvolvida e dos jornais examinados.

METODOLOGIA

Este trabalho se estrutura a partir do estudo articulado de duas dimensões de análise histórica da política educacional no período da ditadura civil-militar, a dimensão nacional e a dimensão do âmbito local no município de Nova Iguaçu/RJ. Um dos elementos metodológicos foi o estudo bibliográfico, cuja preocupação foi de sistematizar os elementos conceituais para análise teórica a partir do estudo dos conceitos de capitalismo dependente; autocracia;

contrarrevolução preventiva; desenvolvimento desigual e combinado; tecnicismo pedagógico; teoria do capital humano; formas de privatização e empresariamento da educação.

O estudo bibliográfico viabilizou a escrita do artigo e análise dos materiais empíricos coletados. Quanto as fontes documentais, são de dois tipos, legislações e jornais. Podemos classificá-las em nacionais ou locais, tal como descrito no quadro 1.

Quadro 1: Detalhamento de fontes da pesquisa.

Fonte	Subdivisão	Classificação / Detalhamento
Legislação	Nacional	Atos Institucionais: AI-1/1964; AI-2/1965; AI-3/1966; AI-4/1966; AI-5/1968; AI-6/1969; AI-7/1969; AI-8/1969; AI-9/1969; AI-10/1969; AI-11/1969; AI-12/1969; AI-13/1969; AI-14/1969; AI-15/1969; AI-16/1969; AI-17/1969
		Leis Federais: Lei nº 5.692/1971; Lei nº 72.495/1973
		Decretos Federais: Decreto nº 200/1967; Decreto nº 91.980/1985
	Local	Decretos Estaduais/Municipais: Decreto nº 1449/1975; Decreto nº 1487/1975; Decreto nº 1475/1976 Deliberação nº 535/1973
Jornais	Diário de Notícias	1 notícia
	A Luta Democrática	16 notícias
	Jornal do Brasil	4 notícias
	Jornal dos Sports	6 notícias
	Jornal do Comércio	1 notícia
	Última Hora	5 notícias
	O Fluminense	5 notícias

Fonte: Elaboração própria.

Esses documentos, citados como fontes da pesquisa, foram analisados, de modo que se pudesse mapear alguns impactos dos governos da ditadura civil-militar para a política educacional. Nem todos os documentos são citados de forma direta e explícita no corpo deste artigo, mas foram fundamentais para a elaboração textual e escrita sobre a história do período.

Um esclarecimento complementar sobre a identificação dos materiais jornalísticos é de que a pesquisa foi realizada no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e buscou identificar a incidências do termo educação e políticas públicas no município de Nova Iguaçu (RJ) no período das décadas de 1960 até 1980. Foram utilizadas as palavras-chave: Educação; Nova Iguaçu; Escolas. A busca viabilizou encontrar nomes de pessoas que tiveram alguma atuação relacionada a educação no município, como os nomes dos secretários de educação.

DITADURA-CIVIL MILITAR E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Hobsbawm (1995) afirma que os “45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo na história do mundo” (p.223). Para este autor, apesar da não homogeneidade existiu “um padrão único pela situação internacional [...] o constante confronto das duas superpotências (EUA e URSS) que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada Guerra Fria” (Hobsbawm, 1995, p.223) colocando em polos opostos países capitalistas e socialistas. Neste contexto, em 1959, é declarado o início da Revolução Cubana na América Latina e o Brasil, nos anos de 1960, viveu um intenso processo de manifestação sociais pelas reformas de base, ainda que sem relação explícita com a Revolução Cubana e os países socialistas.

A imposição do golpe civil-militar representou uma ruptura deste profícuo período do início dos anos de 1960, quando estava em tela a agenda política sobre a natureza das pautas clássicas de modernização do capitalismo, tais como a reforma agrária e a luta em defesa da educação pública e gratuita para o conjunto da população brasileira. Na defesa desta agenda, estavam os partidos políticos, os agentes dos poderes públicos federal, os movimentos sociais e significativa parcela dos intelectuais progressistas. De outro lado, setores conservadores da sociedade brasileira, que alinhados e apoiados por interesses da burguesia internacional, passaram a aduzir parte da opinião pública, indicando que a instauração do comunismo seria uma ameaça ao Brasil.

De acordo com Florestan Fernandes (1976) o golpe militar de 1964 é expressão da especificidade do capitalismo dependente e constitui-se como uma contrarrevolução preventiva, - cujo lema moral estava prenunciado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 1964, enunciava uma suposta libertação do país -, tentando resguardar a permanência dos padrões de dependência e de dominação nacional em relação ao perigo comunista. Desta forma, há pelo menos dois aspectos centrais a serem considerados: o primeiro é de que o modo de produção capitalista se desenvolveu, no Brasil e em países latino-americanos, de maneira dependente das nações centrais capitalistas, isto é, as transformações de modernização econômica e produtiva não destruíram as estruturas colonizadoras, mas ambas, estruturas modernas e arcaicas, se sobrepunderam na política, na economia e na vida social. E os países capitalistas dependentes se submeteram ao imperialismo e tentaram “a industrialização maciça não por meios próprios, mas pelo famoso tripé (em que as

multinacionais e as nações capitalistas hegemônicas, com sua superpotência, se associam com as burguesias locais e com o Estado burguês)." (Fernandes, 1979, p. 38). O segundo aspecto é que "Os países da América Latina não conseguiram conciliar desenvolvimento capitalista autônomo com uma ordem social competitiva relativamente equilibrada e um Estado Democrático" (Fernandes, 1979, p. 39), assim, para garantir sua autopreservação e continuidade dos privilégios diretos e indiretos da classe burguesa, optou-se pelo monopólio do poder estatal, moral e político em "defesa da ordem", se constituindo como elo interno do imperialismo. A este movimento de salvaguarda de suas vantagens enquanto classe dominante, através da predominância de seus interesses com uso da força estatal, Florestan Fernandes chamou de autocracia burguesa. Pode-se dizer, com isso, que o regime imposto em 1964 pautava-se por uma:

[...] natureza contrarrevolucionária, a sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerceu o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar e a pretensão a uma legitimidade, inicialmente com base no perfil antipopulista e anticomunista e, depois, sem abrir mão desses traços, em um projeto modernizante-conservador tendente a um regime democrático restrito. (Lemos, 2014, p. 129)

O Estado autocrático brasileiro no período da ditadura civil-militar engendrou, no âmbito das municipalidades, a possibilidade de intervenção federal na condução e reordenamento da estrutura local. Desta forma, o próprio município de Nova Iguaçu, objeto específico deste estudo, sofreu nomeação de interventor como prefeito em determinadas ocasiões.

No que se refere à educação, o governo ditatorial introduziu mecanismos do tecnicismo pedagógico, alinhando os procedimentos e normativas legais brasileiras aos interesses internos e externos materializados nos acordos MEC-USAID. (Medeiros Neta; Lima 2020). A educação brasileira, portanto, orientou-se a pela inculcação moral e ética condizente com a ideologia conservadora e com a preparação de pessoal para atuação produtiva. (Cunha & Goes, 2020; Saviani, 2007).

Na condição de dependência do capitalismo brasileiro, se estabelece a organização do ensino consoante as orientações e a ingerência de interesses externos por meio das organizações internacionais, através de cooperação técnica e financeira com o governo brasileiro,

corroborando para articular uma pauta que esteja de acordo com os seus interesses, como por exemplo a Usaid. Tal intervenção se fez sentir nas reformas educativas, nas quais

A estratégia sempre adotada é a do treinamento de pessoal docente e técnico, ao aumento dos recursos [...] e a reorganização do currículo, com vistas ao treinamento, em nível desejado, do pessoal destinado a preencher categorias ocupacionais das empresas em expansão. [...] Nas sociedades subdesenvolvidas, em que são acentuadas as distâncias sociais e a estrutura de dominação interna privilegia camadas e grupos restritos, a expansão do ensino é sempre controlada por mecanismos legais [...] ao modernizar a estrutura do ensino, em qualquer dos seus níveis, vem não só favorecer o controle da educação pelos órgãos centrais do Governo [...] E isso porque a modernização, de modo geral, implica hierarquização e compartimentação de ocupações e achatamento de níveis salariais, o que evidentemente faz acompanhar a extensão da escolaridade, tanto em nível horizontal, quanto em nível vertical, de perda constante e contínua de *status*. (Romanelli, 1982, p. 204)

Nesse sentido, as transformações ocorridas no campo educacional durante a ditadura, a despeito de abrangerem e impactarem a educação da classe trabalhadora, se dirigiram para benefício do setor dominante, seja pelo apassivamento das massas ou pelo incremento da formação técnica capacitada à atuação no âmbito da produção. Nas palavras de Saviani (2013) ganha centralidade uma visão tecnicista do próprio processo educativo, reorganizando o funcionamento da escola de maneira objetiva, burocrática e técnico-operacional para robustecer o ponto de vista de que a escola seria uma instituição produtiva, eficiente e neutra.

Embora tal fato remettesse a um compromisso com a consolidação de interesses do setor empresarial na educação - tanto pelo incentivo para a qualificação para o trabalho unilateral ou pela sua reorganização a partir do paradigma fabril -, o engajamento do setor privado não se esgota aí. As instituições educativas se convertem em instituições de mercado educacional e, consequente, fonte de lucro, através da extração de mais-valia. Isso ocorre pela abertura de escolas privadas, pela destinação de verbas públicas às grandes empresas educacionais – por concessão direta de bolsa ou grandes isenções fiscais -, ou, ainda, pela omissão do setor público no oferecimento e garantia de educação pública.

O decreto 72.495/1973 estabeleceu normas para concessão de amparo técnico e financeiro às entidades particulares de ensino. O decreto evidencia o esforço governamental em fortalecer a iniciativa privada, mas dois artigos chamam atenção em especial. O artigo terceiro estabelece que o auxílio financeiro à iniciativa privada poderia ser concedido para:

- a) suprir deficiências locais da rede oficial de ensino de 1º e 2º graus, através da utilização da capacidade ociosa dos estabelecimentos particulares de ensino ou quando, em relação ao aluno, o acesso à escola particular se tornar mais fácil e

conveniente, a juízo da administração do ensino e considerando, dentre outros, os fatores de distância e dificuldades de transporte;

b) adotar a intercomplementaridade entre estabelecimentos oficiais e particulares de ensino, através do aproveitamento e reunião de serviços afins;

c) equipar, reequipar e instalar unidades escolares, inclusive por intermédio de financiamento à conta de empréstimos garantidos pela União;

d) ampliar e recuperar imóveis, destinados exclusivamente a atividades escolares.

(Decreto 72.495,1973)

E, acrescenta-se, com o Artigo 12 que:

Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, ao elaborarem os seus planos de educação, visando a *eliminar a duplicação de esforços, levarão em conta a existência de instituições particulares de ensino, evitando a criação de estabelecimentos públicos onde o atendimento da escola particular for considerado suficiente [ênfase adicionada]* para absorver a demanda efetiva ou suscetível de expandir a oferta para atender à demanda contida.

Parágrafo único. No cumprimento do que dispõe este artigo, o poder público poderá oferecer bolsas de estudo a alunos comprovadamente carentes de meios, a critério da respectiva administração de ensino. (Decreto 72.495,1973 – *grifos nossos*)

Em ambos os artigos é incontestável que há um compromisso do setor público para com a ampliação do funcionamento e da otimização das estruturas privadas pela ocupação das chamadas “vagas ociosas”; destinação de verbas para recuperar e melhorar imóveis das escolas privadas; e, o que salta aos olhos, a “eliminação da duplicação de esforços” que recomenda evitar criação de espaços e instituições públicas, onde a oferta privada for suficiente para atender a demanda. Isto possibilita inferir que grande parte do erário estatal destinado à educação pode ter sido apropriado por instituições privadas, secundarizando a manutenção ou crescimento da rede pública.

Esses princípios enunciados na legislação demonstram o comprometimento e uso da máquina estatal em benefício da classe dominante, do setor privado e da contenção da educação pública. Neste caso em particular, sendo privilegiados os donos de entidades privadas de ensino. Isso é uma expressão da autocracia brasileira e do seu modo de produção capitalista dependente que coloca as classes trabalhadoras em uma situação sensível para que tenham seus direitos básicos à educação garantidos - já que para ganhar a bolsa de estudo precisaria comprovar situação vulnerável e, para tal, os critérios não estão descritos na lei. Além disso, as normas descritas são mais possibilidades para a expansão do mercado privado em educação, o que ocorreu, de fato, durante a ditadura civil-militar (Braga, 2019). Esse fato será claramente notado no cenário educacional local, considerando o município de Nova Iguaçu/RJ.

Para além dos impactos na destinação dos recursos públicos ou mesmo nomeação dos dirigentes locais, destaca-se que houve alteração na estruturação dos níveis e das modalidades

de educação. Pode-se dizer, dentre outros aspectos, que “modernização” da estrutura do Ensino Superior cooperou para mitigar a demanda de ingresso na universidade pública, por meio do vestibular classificatório, e cooperou para minimizar a organização estudantil ao estabelecer o sistema de créditos, que rompe com a sequência contínua de estudo dos estudantes junto a uma turma específica durante os anos da graduação (Romanelli, 1982). No que refere ao ensino de 1º e 2º graus, destaca-se a preocupação utilitarista de formação para o mundo do trabalho, orientando o estudante para a escolha e o aprendizado de uma profissão. O curso do 2º grau pressupunha a profissionalização de todos aqueles que nele ingressarem. Deve-se ter em vista que caso o poder público não tivesse condições de oferecê-lo, seria lícita a antecipação da terminalidade da escolarização, transferindo a formação profissional para a etapa ginásial, ainda no 1º grau.

Do ponto de vista curricular, além da formação para o trabalho, se fazem presentes disciplinas de cunho moralizador, como Educação Religiosa, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Vale ressaltar que

A reforma resultante dessa legislação alterou sensivelmente a estrutura do ensino até então em vigor. Em lugar de um curso primário com a duração de quatro anos seguido de um ensino médio subdividido verticalmente em um curso ginásial de quatro anos e um curso colegial de três anos, passamos a ter um ensino de primeiro grau com duração de oito anos e um ensino de segundo de segundo grau de três anos, como regra geral. Em lugar de um ensino médio subdividido horizontalmente em ramos, instituiu-se um curso de segundo grau unificado, de caráter profissionalizante, albergando, ao menos como possibilidade, um leque amplo de habilitações profissionais. (Saviani, 2011, p. 38)

A interrupção da assim considerada “república sindicalista” e o uso da Doutrina de Segurança Nacional reforçou uma ditadura civil-militar que consolidou seu poder por meio da violência brutal, mas também pelas estratégias midiáticas de propaganda em torno do mito de um Brasil potência, para o qual o aprendizado básico da leitura e da escrita e as qualificações profissionalizantes seriam fundamentais na garantia do gerenciamento da produtividade do trabalho e o fortalecimento do setor empresarial.

No sentido de compreender os desdobramentos da política dos governos sob a ditadura civil-militar na periferia urbana do Estado do Rio de Janeiro, temos indagado: quais as repercussões, desdobramentos ou (des)continuidades atinentes ao setor educacional do município de Nova Iguaçu?

O CAMPO EDUCACIONAL EM NOVA IGUAÇU DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

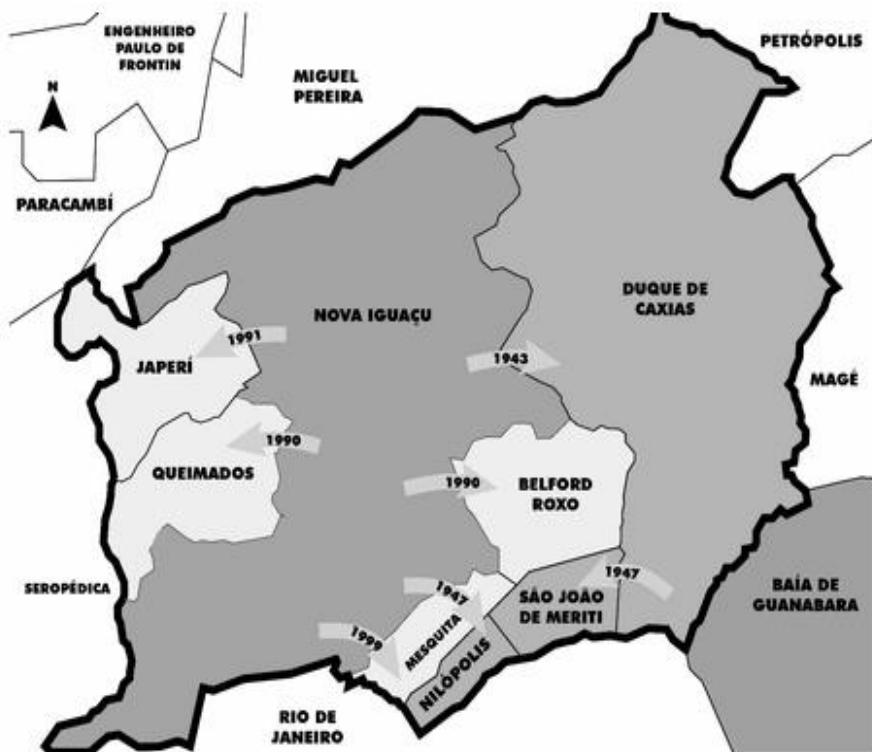
O município de Nova Iguaçu fica situado na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. A história oficial do município tratou de enaltecer o papel civilizador e benfeitor das elites econômicas da região, o que colaborou para práticas coronelistas de controle político e econômico.

Ao longo dos anos se desenvolveram atividades agrícolas a partir de grandes latifúndios em seu território. O município também possui relevância estratégica no escoamento de sua própria produção agrícola e da produção e passagem de mercadorias advindas de outras regiões em direção à metrópole do estado. No século XX, o setor produtivo iguaçiano foi decisivamente impactado por reflexos da segunda guerra mundial, com a ampliação do setor industrial e de serviços na região metropolitana do Rio de Janeiro. Alguns latifúndios do município foram loteados, favorecendo a formação de conglomerados urbanos no território, com vultuosos contingentes de trabalhadores que, em muitos casos, ocupavam a cidade para dormir. Pode-se dizer que:

A formação desta sociedade é marcada, portanto, pelo extermínio de suas populações indígenas, a escravidão, a gênese de uma economia agrícola responsável pelo atendimento das demandas da metrópole, a ascensão e decadência política e econômica dos fazendeiros locais e a modificação das características da região essencialmente rural para território habitado pelas populações mais empobrecidas que migravam para o Sudeste e ex-escravos, que encontravam por aqui condições de moradias mais baratas, a partir do desenvolvimento da linha férrea, o que favorecia o deslocamento, em um primeiro momento de mercadorias, e que com o declínio das grandes fazendas passa a realizar o transporte de trabalhadores. (LOBO, 2019)

Nova Iguaçu é considerada “cidade-mãe” de outros municípios da Baixada Fluminense, já que, ao longo do século XX, houve emancipação de regiões que até então eram constituintes do território iguaçiano, como é o caso de Duque de Caxias e Nilópolis. Abaixo indicamos o mapa das emancipações que evidencia a alteração das suas dimensões territoriais, o que é fundamental para a compreensão das relações locais, pois, como veremos, pessoas de municípios vizinhos, que na época eram recém-emancipados, continuavam tendo ingerência em Nova Iguaçu e a própria distribuição de escolas no espaço tem relação com esse processo.

Figura 1 - Mapa das Emancipações



Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/eu-sou-nova-iguacu/nova-iguacu-conheca-historia-da-origem-da-baixada-22537836.html>

Nos anos de 1950 ocorreram disputas em Nova Iguaçu em razão de demandas de acesso à terra - conflitos entre posseiros, grileiros e proprietários. A partir do golpe e a instauração da Ditadura Civil-Militar, o município de Nova Iguaçu passa por uma configuração no cenário político de modo a silenciar e alinhar a política local à ordem que se estabelecia. Para tanto, Marechal Costa e Silva teria dito ao Capitão José Ribamar Zamith - então Comandante da 1^a Companhia Independente da Polícia do Exército da Vila Militar do Rio de Janeiro - “Eu quero a Baixada de cócoras” (Jupiara; Otávio, 2015). Conforme nos aponta Batista (2014):

O contexto de alinhamento às orientações oriundas do *Comando Supremo da Revolução* foi baseado no ato daqueles militares e nos objetivos expressos no Ato Institucional exarado pelo sobredito comando. O primeiro seria a cassação dos direitos políticos de cem cidadãos, assinados pelos chefes das forças armadas em 10 de abril de 1964, modelo de conduta a ser seguido em todos os ambientes. Ao realizar o expurgo em nível local a Câmara punha-se em alinhamento com os ditames do regime militar, cumprindo assim seu papel e ficando em dia com a revolução em marcha e sinalizando que a mensagem fora compreendida. (p. 43)

No que se refere ao cenário político e educacional, percebemos que algumas pessoas da elite da Baixada Fluminense passam a ocupar cargos públicos relevantes e influenciar as políticas educacionais.

Em relação ao chefe do executivo local de Nova Iguaçu, o prefeito eleito em 1962 foi deposto dias depois do golpe. Aluízio Pinto de Barros era vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo partido em que o então presidente João Goulart era filiado. Até o ano de 1985, a cidade contabilizou entre eleições e intervenções o número de 15 chefes do Executivo, sendo 10 durante a década de 1960 e 04 durante os anos de 1970. Na primeira metade da década de 1980, o governo local esteve dividido entre Ruy de Queiroz (1977-1983) e Paulo Leone Neto (1983 – 1988). Este quadro é expressão da rotatividade no exercício do cargo de prefeito que se manifestou de maneira incisiva em um contexto de aprofundamento do regime ditatorial. Nos anos seguintes, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político vinculado ao campo da situação, consolidou seu domínio no local.

Simão Sessim, em agosto de 1964, foi nomeado para a direção do Instituto de Educação de Nova Iguaçu, uma das principais escolas da cidade. “Este personagem é importante para a compreensão da movimentação dos grupos políticos no local e o delineamento da política educacional nos anos do governo militar na Baixada Fluminense” (Lobo, 2019), pois ele é membro da família Sessim/David, que desonta no cenário político nos anos de 1950 no município de Nilópolis. A adesão desta família ao governo civil-militar era a oportunidade de expansão de seu domínio político e territorial, colocando toda a estrutura do jogo do bicho, outro ramo de atividade sobre a qual a família Sessim/David é especializada, à serviço da ditadura. Jupiara e Otávio (2015) explicam que:

Na virada para os turbulentos anos 1960, a primeira geração nascida no Brasil iniciaria o mergulho na política. O médico ginecologista e obstetra Jorge Sessim David elegeu-se deputado estadual pela UDN, no antigo estado do Rio, em 1962. Foi o deputado mais votado do partido, provável resultado de sua atividade profissional em Nilópolis. Jorge era primo de Anísio e irmão do professor Simão Sessim, também filiado à UDN (poucos anos depois, seria prefeito de Nilópolis pela Arena e adiante, deputado federal por nove mandatos consecutivos). Em 1964, eles enxergaram no apoio irrestrito ao regime militar a chance de dominar, não só politicamente, a região.

Jorge David teve papel fundamental, aderindo à primeira hora ao golpe. Ele é apontado por fontes militares como delator e articulador das cassações. Intimo de Zamith, tinha acesso facilitado à Vila Militar e entregava nomes de quem considerasse subversivo ou corrupto, minando reputações, estimulando investigações (p. 47).

Durante a gestão de Simão Sessim, o Instituto de Educação recebeu centenas de livros para a biblioteca da escola. Os livros eram oriundos de doação feita pelo Serviço de Divulgação

e Relações Culturais dos Estados Unidos, o que revela alinhamento brasileiro à agenda ideológica norte-americana. Sessim exerceu ainda a Chefia do Departamento de Educação em 1969 e, no ano seguinte, a chefia do gabinete do Interventor João Ruy de Queiroz. Sua trajetória no município de Nova Iguaçu encerra-se quando direciona sua atividade política para seu município de origem, uma vez que em 1971 é nomeado Procurador Geral do município de Nilópolis e já em 1972 candidata-se ao cargo de prefeito, sendo eleito.

O professor Ruy, parente de Capitão Zamith, também localiza-se no espectro daqueles que ocupam funções estratégicas na consolidação das políticas alinhadas ao governo ditatorial: sai da vice direção do Instituto de Educação para a direção do Colégio Monteiro Lobato - outro colégio importante situado em Nova Iguaçu e que na época chegava a ser considerado como um dos maiores do estado do Rio de Janeiro.- e de lá foi para a Chefia do Executivo Municipal, função que ocupou por duas vezes, sendo a segunda como prefeito eleito em 1977. Também oriundo do município de Nilópolis, era filho de Stella de Queiroz², mulher de família tradicional fluminense, que recebe o título de General Comandante em Tiro de Guerra, honraria concedida a uma única mulher, após a instalação da Escola de Tiro de Guerra nesta cidade e sob sua direção.

Outro nome que reforça as indicações feitas no cenário político da ditadura militar em Nova Iguaçu também sai das salas de aula do mesmo Instituto de Educação de Nova Iguaçu. Trata-se da professora Dilma Ignez Cardoso que ocupa o cargo de diretora do Colégio Municipal Monteiro Lobato (1969), no lugar de Ruy de Queiroz. Dilma era casada com o Capitão Zamith.

Durante os anos de endurecimento do regime ditatorial, além da repreensão de movimentos populares na cidade, houve contingenciamento ideológico no interior das escolas. Um exemplo claro disso se expressa no relato de uma professora, que trabalhava na escola então dirigida por Dilma Cardoso, que era

ideologicamente identificada ao campo da esquerda, ao ser questionada sobre o trabalho docente no período, responde-nos que durante uma aula de geografia para as turmas da Escola Municipal Monteiro Lobato, fora chamada através de um telefonema a dar esclarecimentos por uma prova aplicada, onde havia uma questão sobre a regularização fundiária da URSS, cujas informações foram recolhidas em um material distribuído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a mesma professora, a prova teria chegado à Vila Militar e, embora a conversa tenha sido feita pela própria diretora, neste dia havia dois veículos militares no pátio da

² Anos mais tarde, por ocasião do centenário de seu nascimento, Stella foi homenageada por Sessim em discurso na Câmara Federal em 2003, no qual tentava-se evidenciar uma história ilustre que a colocava como se tivesse sido personagem central da Educação na região.

escola. Por morar próximo à unidade, conseguiu voltar em casa e pegar o material usado como base. Mas, ainda assim, não o obteve de volta. Porém, acredita ter sido “protegida” pela diretora, ao ser impedida de ser levada para averiguação pelos militares. (Lobo, 2019)

Além disso, reportagem de 31 de março de 1970 do Jornal Diário de Notícias evidencia que autoridades militares foram ao Colégio Monteiro Lobato para promover comemorações ao 6º aniversário da “Revolução”, enaltecedo o golpe.

Na década de 1970, as reformas administrativas implementadas a partir de um conjunto de decretos municipais – em cumprimento às legislações que se verificavam em nível Federal - apresentaram características daquilo que Florestan Fernandes caracteriza como “modernização conservadora”, traços do modelo autocrático-burguês do capitalismo dependente brasileiro. Para Fernandes (1976)

Dois artifícios possibilitaram transpor o consenso burguês do plano da sociedade civil para o da Nação como um todo. Primeiro, a impregnação militar e tecnocrática dos serviços, estruturas e funções do Estado. Esta impregnação não só elevou o volume da burguesia burocrática como ampliou sua participação direta na condução dos “negócios do Estado”. Além disso, ela redundou em controles mais específicos, flexíveis e eficientes do funcionamento e da transformação do Estado por parte dos estratos dominantes das classes burguesas. Segundo, a modernização e a racionalização dos processos de articulação política dos estratos dominantes das classes burguesas entre si e com o Estado. (p. 345)

O Ato Institucional nº 08, de 02 de abril de 1969, atribuía aos Estados, Distrito Federal e municípios de “população superior a duzentos mil habitantes, competência para realizar, por decreto, a respectiva reforma administrativa, observados os princípios fundamentais adotados para a Administração Federal.” (Brasil, 1969) que estavam claros no decreto 200/67. A autora Bortonne (2013) nos traz a partir de seu estudo sobre o Decreto 200/67, princípios que deveriam ser norteadores das modificações administrativas realizadas, que

Um dos objetivos expressados no DL 200/67 era aumentar a eficiência e agilidade do Setor Público, para melhor atendimento às demandas do Estado e da sociedade através da descentralização, a partir da Administração Direta e da Administração Indireta, o que favorecia as metas do capitalismo internacional. Em função disso, cresceu a Administração Indireta, que consistia em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista. Tendo à frente, nas presidências, o empresariado. (p. 96).

A estruturação da administração pública se torna antidemocrática ao privilegiar um dado segmento da sociedade, centralizadora ao concentrar o poder decisório nas mãos dos empresários e militares, ainda que tenha a aparência descentralizada ao viabilizar a

administração indireta. A materialidade destas reformas no contexto local pôde ser verificada de maneira mais efetiva durante os governos de Joaquim de Freitas (1973 – 1975) e João Batista Lubanco (1975 – 1977). Estas duas pessoas ocupam funções estratégicas na área da educação, sendo Freitas dono de escola particular no Distrito de Queimados³ e ex-diretor do Instituto de Educação, e Lubanco, então vice-prefeito em 1973, exerceu o comando do Departamento de Educação antes de assumir a prefeitura, na vacância do cargo deixada por seu antecessor.

Algumas ações da Reforma Administrativa no município de Nova Iguaçu ocorrem por meio dos decretos: nº 1449/1975, que implanta o sistema de secretariado, em substituição aos departamentos e divisões; nº 1.487/1976, que aprova o Regimento Interno da recém-criada Secretaria de Educação, entre outras legislações que acabam por reiterar a lógica educativa proposta nos termos nacionais. Atemos-nos, no entanto, ao Decreto 1475/1976, que institui a Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu – FENIG. A criação da FENIG em 1976 ocorreu em consonância com o aprofundamento das relações entre a iniciativa privada e o setor público. A educação, vista como mercadoria, seria o lócus de novas formas de acumulação de capital. Nela se concentrou a aplicação de recursos do salário-educação em cinco das maiores escolas do município, a saber: Monteiro Lobato, Stanislaw Ribeiro do Amaral, Venina Correa Torres (hoje Escola Municipal Padre Agostinho Prieto), Marcio Caulino e Miguel Couto. Competia à FENIG “Art. 2º - Manter, supletivamente, a rede de ensino municipal e ampliá-la na medida das necessidades públicas e dos recursos de que dispuser; 4. Captar recursos do salário-educação (...) 5. Conceder bolsas de estudo a alunos excedentes de capacidade escolar.” (Nova Iguaçu, 1976).

Em nível nacional, os setores privatistas organizam-se fundamentalmente em torno da política de concessão de bolsas de estudo, favorecidos pelo texto da Lei 5692/71 e do decreto 72.495/1973 que, como destacamos, privilegiou a transferência de recursos públicos para escolas privadas. No âmbito local, este procedimento suscitou a criação e manutenção de diversas escolas particulares, algumas das quais ligadas a ex-prefeitos (como Joaquim de Freitas e Ruy de Queiroz). Caberia, portanto, à Fundação, não apenas captar recursos do salário-educação, como também distribuir as bolsas de estudo para os alunos do município.

Outro dado que se pôde verificar é o nome de Armando Arosa como primeiro presidente da FENIG. Na biografia deste professor, identifica-se suas estreitas ligações com o

³ Na época, Queimados era um distrito de Nova Iguaçu. No ano de 1990 ocorreu sua emancipação em relação ao mesmo, passando assim a compor o rol dos municípios da Baixada Fluminense.

empresariado do setor educacional, sendo dono de escola particular em Nilópolis e membro do diretório da ARENA neste município. Nesta época, Dilma Ignez Cardoso assumiu a Secretaria de Educação.

Vejamos algumas vinculações dos atores das políticas públicas municipais de Nova Iguaçu e suas relações com a iniciativa privada em 1976.

Quadro 2 - Vinculações dos atores das Políticas Públicas de Nova Iguaçu.

ANO	LEGISLAÇÃO	PREFEITO	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	PRESIDENTE DA FENIG
1976	Decreto Municipal 1475/1976 (criação da FENIG)	João Batista Lubanco (ex-secretário de educação)	Dilma Ignez Cardoso (ex-diretora do Colégio Monteiro Lobato) e casada com o Capitão Zamith	Armando Arosa, dono de escola particular no município de Nilópolis. Ocupou a direção do Colégio Monteiro Lobato no final da década de 1970.

Fonte: Elaboração dos autores.

As vinculações de prefeitos e secretário de educação ao campo das escolas particulares ocasionou uma explosão na concessão de bolsas de estudos nas unidades privadas, combinação que beneficiava ao empresariado. Este setor, com as concessões de bolsas, tornam o negócio educacional tão lucrativo a ponto de haver criação de escolas que sobreviviam apenas em função destas. Com isso, “fica-nos evidente concluir que não haveria interesse em ampliar o atendimento nas unidades da rede pública municipal, cujo funcionamento tornaria-se empecilho à acumulação de capital destes empresários”. (Lobo, 2019)

Além da FENIG, destacamos a criação do Fundo Municipal de Educação e Cultura (FUMEC) em 1973, cujo sentido era receber a prestação de contas das escolas públicas e acompanhar a cobrança e aplicação das verbas das taxas escolares cobradas dos alunos. Os membros desse fundo eram designados pelo prefeito, conforme deliberação nº 535/1973.

No início da década de 1980 os primeiros escândalos em relação à utilização destes recursos começam a ganhar destaque. Se por um lado, crescia a (re) organização popular e classista, mobilizadora de lutas pelo direito à educação pública e saneamento básico (Silva, 1993), por outro, as denúncias em torno da concessão de bolsas de estudo fariam Nova Iguaçu ocupar o noticiário nacional. Como exemplo, Silva (2010) aponta o caso de “firmas desativadas ou falidas, credenciadas no MEC” (p. 140),

no caso do auxílio-educação, e casos de alunos-fantasmas, ou seja, fraude onde ocorria a duplicação de matrícula ou a inscrição de alunos cujas famílias arcavam com os custos das mensalidades e, portanto, não saberiam que estavam cadastradas para a obtenção do benefício (Silva, 2010, p. 142)

Tanto o governo Federal, quanto Estados e Municípios foram obrigados a adotar medidas que diminuíssem a repercussão negativa gerada a partir da publicação desses fatos. Em Nova Iguaçu, o que se pôde verificar é que os movimentos populares reivindicam a educação e o saneamento como seus principais eixos de luta, exigindo o fim da política de bolsas de estudo e a construção de escolas e creches públicas na cidade. A conjuntura de fins da década de 1970 e início da década de 1980 expressa novos atores neste cenário: as associações de moradores e o Centro de Professores - CEP (embrião do sindicato dos profissionais da educação no local), demonstram crescente organicidade.

A crise do governo civil-militar ensejava novas formas de atuação do campo dominante, com a sociedade de um modo geral, e fundamentalmente com os movimentos de oposição ao regime. Com isso, percebemos modificações nas relações que se estabelecem a partir de então. A possibilidade de retorno à cena política permite que militantes saiam da clandestinidade e movimentos ganhem institucionalidade.

A Igreja Católica, representada em especial nas comunidades eclesiais de base, também está no espectro destas ações mobilizatórias em prol da redemocratização, particularmente durante o bispado de Dom Adriano Hipólito na Diocese de Nova Iguaçu, seja fomentando a discussão política em seus espaços, abrigando militantes perseguidos pela ditadura, ou estabelecendo parcerias para projetos educacionais e de assistência organizados pelos populares. E, muito embora já vigorasse o período conhecido como o abrandamento das ações mais violentas do regime, a atuação progressista incisiva deste bispo virou alvo de represália: em 22 de setembro de 1976 Dom Adriano foi sequestrado, torturado e abandonado nu. A Catedral de Santo Antônio, sede da Diocese, também sofreu um atentado à bomba em 1979.

Neste cenário, as Associações de moradores, já organizadas em torno de sua Federação de Movimentos de Amigos de Bairros (FEMAB) e articuladas em todo o Estado realizaram passeatas e assembleias com milhares de pessoas e se constituíram como espaço de lutas e resistências na cidade. A eleição de Leonel Brizola para o governo estadual do Rio de Janeiro em 1982 também trouxe novos elementos para o campo das políticas públicas educacionais: a construção dos CIEP's, em alguns locais, foi feita com a efetiva participação das Associações de Moradores, desde a escolha do local, passando pela indicação do nome da unidade e da

direção. O processo de indicação do quadro de funcionários administrativos efetivos foi feito por sorteio, com a inscrição feita nas associações.

O município também registra ações de alfabetização de Jovens e Adultos a partir de um convênio com a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), novo nome dado ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), conforme Decreto 91.980/1985, assinado pelo presidente da República José Sarney. Há que se destacar que os objetivos do então MOBRAL e, depois, Fundação Educar, é a criação de um modelo que viesse substituir aqueles inspirados na Pedagogia da Libertação. A implementação deste projeto é relatada por uma das coordenadoras do projeto, ligada ao movimento de associações de bairro, em entrevistas realizada:

Em 1985 acaba a ditadura e começa o governo Sarney com a morte do Tancredo e um grupo de professores e intelectuais mais à esquerda assume uma fundação chamada EDUCAR. Era um pessoal com uma visão mais avançada de educação e foi criada para substituir o MOBRAL, que era o terror. E a fundação vem com essa turma que tinha uma visão mais progressista.. Tinha a Laura de Oliveira, a Ângela, a Margarida, a Adriana, que era filha do Lauro de Oliveira, e por volta de 1986, 87, eles procuram o MAB e a Igreja Católica, através da Cáritas Diocesana, para criar um projeto de educação de jovens e adultos inspirados no método de Paulo Freire, com uma visão mais avançada, o projeto EDUCAR. Pegava Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias. Na época eram os três municípios, porque foi antes das emancipações de Nova Iguaçu. Em 1987 essas três federações de associações de bairros firmaram esse convênio: o MUB em Duque de Caxias, a ABM em São João de Meriti e o MAB em Nova Iguaçu, e por ser formada em Pedagogia, eu acabei sendo escolhida para coordenar o projeto profissionalmente em Nova Iguaçu. Nós chegamos a ter pelo MAB 150 turmas, porque tinha associação com mais de duas, três turmas. O projeto dura de 1987 a 1990, porque o Collor quando entrou acabou com tudo. Isso era só as turmas do MAB. Ainda tinha as turmas da Cáritas, mesmo em Nova Iguaçu. Eles chegaram a ter umas 80 turmas pelas igrejas. Então a Cáritas fazia pelas igrejas e nós pelas associações. (Lobo, 2019)

Fato é que encontramos relatos de visitas de Paulo Freire às turmas deste convênio. E, em 1988, a Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu a menção honrosa Nadeja Krupskaia ao projeto de alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido em Nova Iguaçu.

O período de transição política possibilitou novos formatos para a relação entre o governo e a sociedade civil. Os movimentos sociais, articulados em nível nacional, tornaram-se força importante para a construção de ações no campo educacional, demonstrando que nesta conjuntura, a luta política se caracterizou pelas ações organizadas e de movimentos de massas, superando o espontaneísmo e se constituindo como um momento de debates entre as concepções pedagógicas e de sociedade.

Expressão deste momento de abertura política está também no debate, criação e manutenção de espaços destinados às crianças desde a primeira infância – primeiro sendo iniciativa das próprias comunidades, a partir do trabalho de voluntários – que passam a ganhar corpo no cenário municipal, como nos mostra Silva (1993):

Em 18 de outubro de 1984, o Departamento Feminino do MAB e o CEAC realizam o primeiro Encontro sobre Creches de Nova Iguaçu. Participam do evento 21 AM's e autoridades da Coordenadoria Estadual de Desenvolvimento Social, UNICEF, FUNABEM, MOBRAL, FEEM, Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu e Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu. O Encontro objetivava “levar ao conhecimento das autoridades como vem sendo desenvolvido o trabalho com crianças nas Associações. Da necessidade e da dificuldade que os membros atravessam”. (p. 205)

Estas iniciativas culminam com a construção de dez creches municipais, no governo de Intervenção de Francisco Amaral – entre julho e dezembro de 1988 – a partir do impeachment do Prefeito Paulo Leone. A metodologia de definição dos locais de localização destas unidades ficou a cargo das assembleias da Federação das Associações de Moradores.

CONCLUSÕES

A ditadura civil-militar no Brasil se configurou como um período em que se fez prevalecer os interesses da autocracia empresarial, visando a modernização conservadora das estruturas econômicas do país. Tal modernização é operada a partir da articulação dependente de interesses internos e externos – instituídos, em especial, pelos auxílios técnico-financeiros firmados, entre outras formas, pelo acordo MEC-USAID – e oportuniza o fortalecimento de uma educação que visasse os interesses de mercado e contribuisse para a permanência dos traços conservadores da sociedade brasileira.

Em termos educacionais, sua reorganização conduz a reformas que buscam a consolidação de uma moral subserviente aos interesses das camadas dominantes, reforma universitária e a reestruturação da escolarização elementar subsequenciado em 1º grau com duração de 8 anos e 2º grau com duração de 3 anos, no qual prepondera a profissionalização do estudante. A profissionalização atende aos interesses de formação de mão-de-obra qualificada para atuação no mercado de trabalho nacional. Ademais, o atendimento aos interesses privados e mercadológicos se expressa na própria ampliação das concessões a tais instituições por meio de bolsas e isenções fiscais.

O município de Nova Iguaçu, periferia do Estado do Rio de Janeiro, se reorganiza administrativamente, consoante aos interesses postos na conjuntura nacional. No que tange aos processos educacionais, pode-se dizer que a privatização por concessão de bolsa se reflete no município, consolidando e ampliando o poderio econômico do setor empresarial local. Essa expansão em benefício do setor privado da educação foi favorecida por pessoas que ocupavam cargos na administração municipal e que, coincidentemente ou não, eram partes interessadas nesse mercado privado da educação, já que eram proprietárias ou possuíam relações próximas a proprietários de escolas.

Nesse sentido, o pressuposto enunciado na introdução deste artigo, de que a dinâmica da história da educação no município em questão reproduz algumas características comuns a conjuntura nacional, como a grande força privatista, se confirma. Na análise da particularidade de Nova Iguaçu, ficou evidenciado que os sujeitos da classe dominante local, em particular o empresariado, utilizaram o espaço público para resguardar os interesses de crescimento dos seus negócios no setor da educação e mantendo situação de mando político, desigualdades educacionais e privilégios de ordem econômica em benefício de suas famílias e grupos sociais.

Com a retomada de mobilização dos movimentos sociais e escândalos envolvendo a aplicação de recursos públicos na educação privada, passou-se a contestar o modelo de política pública que vinha sendo implementado na esfera local. Algumas iniciativas dos militantes viabilizaram a alfabetização de jovens e adultos e criação de creches públicas na região, o que não necessariamente se refletiu em diminuição da ingerência privada na escolarização dos municípios naquele momento histórico.

REFERÊNCIAS

- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método.** Bauru: Edusc, 2006.
- BATISTA, A. D. **Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçiano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975).** 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- BORTONE, E. de A. **A participação do IPES na construção da Reforma Administrativa na Ditadura Civil Militar.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.
- BRAGA, L. S. **A luta em defesa da Educação Pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história.** 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 08, de 02 de abril de 1969. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-08-69.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Gabinete da Presidência.

BRASIL. DECRETO Nº 72.495, de 19 de julho de 1973. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1973/D72495.html. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo.** São Paulo: Hucitec, 1979.

JUPIARA, A.; OTÁVIO, C. **Os porões da contravenção: jogo do bicho e ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

LEMOS, R. L. do C. N. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, 2014.

LOBO, Lidiane Barros. “*Quem manda na escola pública?*”: os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu - RJ entre 1964 e 1988. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/16665/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Lidiane%20Barros%20Lobo%20-%20202019%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MEDEIROS NETA, O. M. de; LIMA, A. C. da S. História e memória: a doutrina de segurança nacional na Escola Técnica Federal do RN (1968-1985). **Revista Exitus**, v.10, n.1, p. e020115, 2020.

NOVA IGUAÇU. DECRETO MUNICIPAL Nº 1.449, de 14 de novembro de 1975. Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

NOVA IGUAÇU. DECRETO MUNICIPAL Nº 1.475, de 05 de janeiro de 1976. Institui a Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu – FENIG. Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

NOVA IGUAÇU. DECRETO MUNICIPAL Nº 1.487, de 20 de janeiro de 1976. Aprova o Regimento Interno da SEMEC. Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

NOVA IGUAÇU. DELIBERAÇÃO Nº 535, de 27 de agosto de 1973. Câmara Municipal de

Nova Iguaçu.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: LDB – trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, P. T. **Bolsas de estudo no ensino fundamental: universalidade de direito e clientelismo na educação**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

SILVA, P. T. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974/1992**. Fundação Getúlio Vargas, 1993.

Histórico Editorial

Submetido: 20 de outubro de 2025.

Publicado: 16 de dezembro de 2025.

Minicurrículos

Lidiane Barros Lobo

Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

HISTEDBR

Contribuição de autoria: Conceitualização; Investigação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Metodologia; Redação e Escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9538670291193852>

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Doutora em Educação pela UNICAMP. Coordenadora e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicadação da UERJ. Procidentista da UERJ.

HISTEDBR

Contribuição de autoria: Conceitualização; Análise Formal; Metodologia; Supervisão; Redação e Escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6419381506694839>

Leandro Sartori

Doutor em Educação pela UNICAMP. Coordenador Adjunto e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicadação da UERJ. Procidentista da UERJ.

HISTEDBR

Contribuição de autoria: Conceitualização; Análise Formal; Metodologia; Supervisão; Redação e Escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6020882116183008>

COMO REFERENCIAR - ABNT

LOBO, Lidiane Barros; BARÃO, Gilcilene de Oliveira D.; SARTORI, Leandro. Ditatura civil-militar e políticas educacionais no município de Nova Iguaçu/RJ. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 15, e025069, 2025. <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2975>

COMO REFERENCIAR - APA

LOBO, L. B.; BARÃO, G. de O. D. & SARTORI, L. (2025). Ditatura civil-militar e políticas educacionais no município de Nova Iguaçu/RJ. *Revista Exitus*, 15, e025069. <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2975>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.